

CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11 Sede: Avenida Rio Branco, 80, 16° ao 20° andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

Senhores acionistas e demais interessados

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores ndependentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. NOSSO DESEMPENHO

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2019 R\$ 3.288,4 milhões, com imento de R\$ 210,3 milhões ou 6,8% em relação ao ano anterior

Despesas administrativas Em 2019, o indice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,3%, com aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior. Apesar do leve crescimento no índice de despesas administrativas, a Companhia tem buscado ganho de eficiência operacional através da realização de investimentos em tecnologia combinados com o foco em melhorias e automatização de processos.

Resultado financeiro As receitas financeiras totalizaram em 2019 R\$ 226,3 milhões, com aumento de R\$ 19,4 milhões, ou 9,4% em relação ao ano de 2018, decorrente do aumento nas receitas com aplicações financeiras em R\$ 21,2 milhões ou 16,5%.

As despesas financeiras totalizaram em 2019 R\$ 26,5 milhões, com aumento de R\$ 3,6 nilhões ou 15,5% em relação ao ano anterio

· Índice combinado

O indice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2019 foi de 97.6%, aumento de 5.1 pontos percentuais em relação aos 92,5% do ano anterior. Esta variação decorre

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO principalmente do aumento de 4.4 pontos percentuais no índice de sinistralidade O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2019 foi de 91,7%,

aumento de 4,7 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Lucro líquido e por ação
 O lucro líquido totalizou em 2019 R\$ 194,2 milhões, registrando redução de R\$ 28,4 milhões ou 12,8% em relação a 2018. O lucro por ação foi de R\$ 141,37 em 2019

e R\$ 162 04 em 2018 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião o AMBIENTE ECONÔMICO ião do encerramento do exercício

O movimento de desaceleração da economia global, iniciado no ano anterior, acentuou-se ao longo de boa parte de 2019, fruto do elevado nível de incertezas geradas por fatores como a disputa comercial entre EUA x China e o chamado Brexit. O temor de que a desaceleração se transformasse em recessão levou uma série de bancos centrais ao redor do mundo, entre eles o norte-americano e o europeu, a reduzir os seus juros básicos ao longo dos 2º e 3º trimestres, o que permitiu uma gradual estabilização das principais economias ao final do ano.

Domesticamente, 2019 foi marcado pela aprovação de uma robusta Reforma da Previdência, que embora não seja capaz de eliminar o deficit do sistema, sinaliza uma melhora importante nos resultados das contas públicas de médio e longo prazo. A consequente redução do risco fiscal, a existência de um ainda elevado grau de

ociosidade da nossa economia e o próprio movimento de redução dos juros globais abriram espaço para que o COPOM promovesse um novo ciclo de redução da taxa

Nota Dezembro Dezembro

SELIC no segundo semestre, trazendo a taxa básica de 6,5% para 4,5% A combinação de uma percepção de risco cadente com juros mais baixos, uma gradua

recuperação do mercado de trabalho e a ampliação da oferta de crédito levou a uma retomada mais forte da atividade econômica na segunda metade do ano, trajetória que deve se manter ao longo dos trimestres seguintes, fazendo crer que o PIB possa exibi ao longo de 2020 uma taxa de expansão bem superior à exibida nos anos anteriores. A indústria de seguros, por sua vez, apresentou crescimento de 0,3% em 2019 (prêmic de seguro, segundo a SUSEP), principalmente devido ao mercado de automóveis te retomado seu crescimento

A sinistralidade observada no geral teve redução, ocasionada principalmente pela queda nos números de roubos e furto no país. A Empresa segue otimista com a perspectiva da retomada do crescimento econômico e acredita que os esforço realizados nos últimos anos e as iniciativas em andamento, permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar nas iniciativas de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveita as diversas oportunidades que o mercado oferece

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, en especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2020 A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 res de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota	Dezembro	Dezembro
Prêmios emitidos	explicativa 20	de 2019 3.288.403	<u>de 2018</u> 3.078.140
			(153.462)
Variações das provisões técnicas de prêmios		(192.143) 3.096.260	2.924.678
Prêmios ganhos			
Receitas com emissão de apólices		6.247	5.828
Sinistros ocorridos		(1.903.740)	(1.669.569)
Custos de aquisição		_(649.109)	(593.521)
Outras receitas e despesas operacionais		(116.179)	_(106.723)
Resultado com resseguro		(118)	(742)
Despesa com resseguro		(118)	(742)
Despesas administrativas		(288.100)	(266.261)
Despesas com tributos	. 26	(65.314)	(69.251)
Resultado financeiro	. 27	199.745	183.980
Resultado patrimonial		38.235	2.761
Resultado operacional		317.927	411.180
Ganhos e perdas com ativos			
não correntes		6.559	(2.205)
Resultado antes dos impostos			
e participações		324,486	408,975
Imposto de renda		(65.774)	(90.810)
Contribuição social		(40.070)	(69.066)
Participações sobre o lucro		(24.402)	(26.462)
Lucro líquido do exercício		194.240	222.637
Quantidade de ações		1.374	1.374
Lucro líquido por ação - R\$		141,37	162,04
As notas explicativas			.02,04

são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Lucro líquido do exercício	Dezembro de 2019 194.240	Dezembro de 2018 222.637
Outros resultados abrangentes	16.037	10.390
Ajustes de títulos e valores mobiliários	26.007	15.283
Efeitos tributários	(10.402)	(4.808)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	720	(142)
Efeitos tributários	(288)	57
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	210.277	233.027

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

Dezembro de 2018 de 2019 Atividades operacionais Lucro líquido do exercício 194.240 222.637 Ajustes para: Depreciação e amortizações 8.078 7.248 2.529 2.056 Perda por redução ao valor recuperável dos ativos 3.373 (6.558)Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível Resultado de equivalência patrimonial. Outros ajustes (19.930) 10.018 Variação nas contas patrimoniais Ativos financeiros 39.399 (136.957)(261.179) (190) Créditos das operações de seguros e resseguros. (44.267)Ativos de resseguro.. 381 4.993 Créditos fiscais e previdenciários (1.197)(398) 1.570 Ativo fiscal diferido 2.090 Depósitos judiciais e fiscais 1.145 739 (1.203)(40.573) (21.005) (25.222) (25.765) Outros ativos. Impostos e contribuições... 91.510 154.846 Outras contas a pagar. 70.775 12.759 Débitos de operações com seguros e resseguros ... (14.948)12.912 Depósitos de terceiros (3.368) 1.540 Provisões técnicas - seguros e resseguros. 175.865 Provisões judiciais. (7.665)Caixa líquido gerado nas operações. 249.893 369.984 Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio Imposto sobre o lucro pago Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.. Atividades de investimento 218.039 148.776 Recebimento pela venda: Investimentos 4.514 Imobilizado 11.268 Pagamento pela compra: (1.620) (4.052) Imobilizado (2.350)(7.468) Intangíve Caixa líquido gerado/(consumido) nas (1.158) atividades de investimento. 1.451 Atividades de financiamento Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. (147.839)(299.740) 616 Caixa líquido consumido nas atividades (147.223)(299.740)de financiamento Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício...

do Consórcio DPVAT nas empresas consorciadas, que até dezembro de 2019, eran tratados como cosseguro. A Companhia está em processo de avaliação e impactos relevantes. 2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO: A demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de real (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera (a) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações denominadas en moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens operação caracterizada como investimento do exterior. 2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. 2.4 ATIVOS FINANCEIROS: (a) Mensuração e classificação: A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

51.578

48.574

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

Nota Dezembro Dezembro

Ativo	explicativa	de 2019	de 2018	Passivo e patrimônio líquido	explicativa	de 2019	de 2018
Circulante		2.013.657	1.610.222	Circulante		2.235.041	1.981.972
Disponível		39.240	26.934	Contas a pagar		175.501	138.945
Caixa e bancos		39.240	26.934	Obrigações a pagar		74.101	55.032
Equivalentes de caixa		12.338	21.640	Impostos e encargos sociais a recolher		83.424	56.413
Aplicações	7	607.608	517.013	Encargos trabalhistas		3.706	3.509
Créditos das operações com seguros				Impostos e contribuições		11.965	21.600
e resseguros		984.532	726.726	Outras contas a pagar		2.305	2.391
Prêmios a receber	8.1	984.402	726.349	Débitos de operações com seguros			
Operações com seguradoras		_	342	e resseguros		77.274	92.222
Operações com resseguradoras		130	35	Prêmios a restituir		186	282
Outros créditos operacionais		19.737	12.234	Corretores de seguros e resseguros	. 15	69.035	80.642
Ativos de resseguro - provisões técnicas		3.541	3.351	Outros débitos operacionais		8.053	11.298
Títulos e créditos a receber		5.163	2.538	Depósitos de terceiros		2.037	5.405
Títulos e créditos a receber		5.039	2.273	Provisões técnicas - seguros		1.980.229	1.745.400
Créditos tributários e previdenciários	9.1	23	23	Danos		1.979.625	1.744.890
Outros créditos		101	242	Pessoas		604	510
Outros valores e bens	11	39.249	37.603	Não circulante		371.054	371.774
Bens à venda	11.1	33.245	37.094	Contas a pagar		52.680	28.096
Direito a salvados	11.2	5.200	_	Obrigações a pagar	. 14.1	1.871	2.311
Outros valores		804	509	Tributos diferidos	. 9.2.2	50.809	25.785
Despesas antecipadas		2.078	2.585	Provisões técnicas - seguros	. 17	256.276	281.608
Custos de aquisição diferidos	12	300.171	259.598	Danos		255.488	280.212
Seguros		300.171	259.598	Pessoas		788	1.396
Não circulante		1.316.056	1.404.088	Outros débitos		62.098	62.070
Realizável a longo prazo		995.389	1.116.359	Provisões judiciais	. 18	62.098	62.070
Aplicações	7	852.429	982.423	Patrimônio líquido		723.618	660.564
Outros créditos operacionais		172	874	Capital social	. 19.a	480.578	480.578
Títulos e créditos a receber		123.700	123.208	Reservas de reavaliação	. 19.c	2.789	2.602
Títulos e créditos a receber		_	209	Reservas de lucros	. 19.d	199.873	153.043
Créditos tributários e previdenciários		44.399	42.804	Ajustes de avaliação patrimonial	. 19.b	40.378	24.341
Depósitos judiciais e fiscais	10	74.451	76.021				
Outros créditos		4.850	4.174				
Outros valores e bens		18.783	9.317				
Bens à venda		9.181	9.317				
Direito a salvados		9.602	-				
Despesas antecipadas		305	537				
Investimentos		43.763	7.856				
Participações societárias		277	307				
Imóveis destinados à renda		43.486	7.549				
Imobilizado		256.986	264.229				
Imóveis de uso próprio		249.315	256.763				
Bens móveis		4.447	4.230				
Outras imobilizações		3.224	3.236				
Intangível		19.918	15.644				
Outros intangíveis		19.918	15.644				
Total do ativo		3.329.713	3.014.310	Total do passivo e patrimônio líquido		3.329.713	3.014.310
Ası	notas explicati	vas da admini	stração são p	arte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

						Reservas d	e lucros			
	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2017		486.276	21.199	3.001	48.243	181.504		13.951		754.174
Pagamento dividendos adicionais						(181.504)				(181.504)
Aumento/redução de capital:										
Aumento de capital aprovado - Portaria										
SUSEP/DIORG nº 813 de 12 de março de 2018	3	21.199	(21.199)	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital aprovado - Portaria SUSEP/										
DIORG nº 1120 de 05 de novembro de 2018		(26.897)	_	_	_	_	-	_	_	(26.897)
Reserva de reavaliação:							-			_
Realização parcial por depreciação		-	-	(399)	-	_	-	-	399	_
Ajustes de avaliação patrimonial	. 19.b	-	_	_	-	_	-	10.390	_	10.390
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	_	-	-	222.637	222.637
Destinação do lucro líquido do exercício:							_			_
Reserva legal	. 19.d (i)	-	_	_	11.132	_	_	_	(11.132)	_
Reservas estatuárias	. 19.d (ii)	-	_	-	-	93.668	_	_	(93.668)	_
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)		_	_	_	_	_	-	_	(58.937)	(58.937)
Dividendos/JCP intermediários									(59.299)	(59.299)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2018		480.578	_	2.602	59.375	93.668	_	24.341	_	660.564
Pagamento dividendos adicionais						(15.000)				(15.000)
Reconhecimento do pagamento em ações	. 19.g	-	_	-	-	_	616	-	-	616
Reserva de reavaliação:										
Redução da alíquota CSLL		_	_	237	_	_	_	_	(237)	_
Realização parcial por depreciação	. 19.c	-	_	(50)	-	_	-	-	50	_
Ajustes de avaliação patrimonial	. 19.b	-	-	_	-	_	-	16.037	_	16.037
Lucro líquido do exercício		-	_	_	-	_	-	-	194.240	194.240
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal	. 19.d (i)	-	_	-	9.713	_	-	_	(9.713)	_
Reservas estatuárias		-	-	_	-	51.501	-	_	(51.501)	_
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)		-	-	-	-	-	-	-	(51.761)	(51.761)
Dividendos intermediários									(81.078)	(81.078)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2019		480.578		2.789	69.088	130,169	616	40.378		723.618

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 24 de setembro de 1924. autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, Autorizada a operar pelo Decreto nº 16.672 de 17 de novembro de 1924, localizada no Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares no Rio de Janeiro (RJ) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definido na legislação vigente, operando por meio de sucursais em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3,

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis elevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve no período de 2019 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela adoção da Circular SUSEP nº 575/18 que entre outros assuntos, determina: (i) que a redução ao valor recuperável deve ser constituída com base em estudo técnico também para os créditos de prêmios a receber vencidos relativos a riscos decorridos: e (ii) após a liquidação de um sinistro e, consequentemente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia passa a ter um ativo controlado a ser reconhecido de forma segregada dos salvados e dos essarcimentos não estimados. (vide nota explicativa nº 11.2). 2.1 BASE DE PREPARAÇÃO: A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da ealização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A

liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada po valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ac processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal. Todas informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2020. 2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho cional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e sua controlada serão apresentadas até 15 de março de 2020, conforme facultado pela SUSEP. As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 3 de fevereiro de 2020. 2.1.2 NORMAS. ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES EXISTENTES QUE NÃO ESTÃO EM VIGOR E NÃO FORAM ADOTADAS ANTECIPADAMENTE PELA COMPANHIA: A Circular SUSEP nº 596/20 dispõe sobre a criação de contas para registro contábil da operação





CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11 Sede: Avenida Rio Branco, 80, 16° ao 20° andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

—x[∆]z continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação: São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem (ii) **Títulos disponíveis para venda**: São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). (iii) Empréstimos e recebíveis (clientes) Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (guando aplicável), e são avaliados po "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1). (b) Determinação de valor justo de ativos financeiros: Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do vo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. 2.5 ATIVOS DE RESSEGURO: Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram obieto consistentemente com os anicos associados aos passivos de seguro que infanti objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prémios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros avalidades utilizando-se infectorlogia similiar aquera aplicada para ativos infanceiros vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração os luxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores. 2.6 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT"): 2.6.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES): Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteia deteriorado ou empresumos de l'ecesives (avaniados ao Casia diminizado) esteja definindad di "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP. 2.6.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA: A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que im ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. 2.6.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS: Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos niveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequenter análise de uma possível reversão do "impairment". 2.7 BENS À VENDA - SALVADOS: A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo conforme regras da SUSEP. 2.8 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS: Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros. 2.9 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC): As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são difer amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. 2.10 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS: A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre unigii as autividades televantes das sociedades, aletanio, inclusive, seus telorios sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades 2.11 ATIVO IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO: Compreendem imóveis, equipamentos móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da anhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a tim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ntivos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13. 2.12 PROPRIEDADES IMOBILIÁRIAS DE INVESTIMENTO: Compreendem imóveis de propriedade da Companhia que estão sendo mantidos para valorização do capital. Esses imóveis são avaliados tempestivamente ao valor justo e as oscilações são registradas imediatamente no resultado do período. 2.13 CONTRATOS DE SEGURO E CONTRATOS DE INVESTIMENTO - CLASSIFICAÇÃO: A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um ento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados como servicos a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Na data de balanco, não foram entos 2 14 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS: 2.14.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO: Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos míni contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos, entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuia avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados omo disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir: (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para s de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorre contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não

ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão "IBNeR", com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "runoff", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório, para os seguinos de darios e de pressoas. A ribin do familio Dr Vn. (seguino obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP. (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou beneficios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais. 2.14.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DOS PASSIVOS (TAP): Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodología que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à database de cálculo. Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seia identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/ complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP 2.15 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS: As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. 2.16 RECONHECIMENTO DE RECEITAS: 2.16.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO: As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.14.1(a)). As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). 2.16.2 RECEITA DE JUROS E DIVIDENDOS RECEBIDOS: As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício. segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. 2.17 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO: A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O beneficio fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente. 2.18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercicio social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à aliquota de 15% conforme Lei nº 13.169/15 (vide nota explicativa nº 9.3). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS: As estimativas e os julgamentos

contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumen-to de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros, (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação: (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial. 3.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS: O na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obri-gações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.236.505. 3.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balan ço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prê mios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para de mios a receper de segurados. Nesta area e aplicado alto grati de julgamento para de-terminar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluidos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.6.1. O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ existem R\$ 438 de pro rieão n ÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABA-**LHISTAS:** A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 62.098, para as quais existe R\$ 74.451 em depósitos judiciais. 3.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS: Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributá-veis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos

futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários di feridos, em 31 de dezembro de 2019, é de R\$ 44.422 (ativo) e R\$ 50.809 (passivo). 4. GESTÃO DE RISCOS: A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerente às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de principios, diretrizes ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento o controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contri buir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparên cia e prestação de contas. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acul turamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Todas estas iniciativa proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromissi com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados mitigados, acompanhados e reportados de forma independente. Com o intuito de obte sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, un fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsí dios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos. A gestão de risco financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias: 4.1 RIS CO DE CRÉDITO: O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigaçõe relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é com posto por: (a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Com panhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limi tes ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mi nimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Em 31 de dezembro de 2019, 87,3% (85,0% em 31 de dezembro de 2018) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restanti cenas estavam anoudads em titudos do resolute brianello (risco soberano) e o resolute em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared"). (b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte do segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a recebe de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por seto econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas fi sicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1. 4.2 RISCO DE LIQUIDEZ: O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez en patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínim a ser mantido em relação as projeções dos fluxos de caixa. Os principais itens aborda dos na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mí-nimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. Adicio nalmente, dado as características dos papéis dos títulos de valores mobiliários, sende exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liqui dação antecipada, sua liquidez pode ser considerada imediata. A tabela a seguir apre senta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Fluxo de	Fluxo de	Fluxo de	Fluxo de		
	ativos (ii)	passivos (iii)	ativos (ii)	passivos (iii)		
À vista/sem vencimento	237.397	_	224.315	_		
Fluxo de 1 a 30 dias	340.621	191.351	264.139	158.785		
Fluxo de 2 a 6 meses	659.766	966.595	459.577	853.691		
Fluxo de 7 a 12 meses	281.874	454.343	72.454	391.207		
Fluxo acima de 1 ano	994.153	115.930	1.273.811	108.205		
	2.513.811	1.728.219	2.294.296	1.511.888		

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinis tros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para periodos futuros em datas próximas ou equivalentes (ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras. (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros 4.3 RISCO DE MERCADO: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Inflação (IPCA/IGP-M)	64,0%	65,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	22,3%	23,3%
Prefixados	13,7%	11,6%
Entre os métodos utilizados na gestão, utili	iza-se o teste de estre	sse da carteira de in-
vestimentos, considerando cenários histório	cos e de condições hip	otéticas de mercado,
sendo seus resultados utilizados no proce	sso de planejamento	e decisão de investi-
mentos, identificação de riscos específicos	originados nos ativos e	passivos financeiros
detidos pela Companhia assim como mitig	ação de riscos e ente	ndimento do impacto
sobre os resultados e o patrimônio líquido	. Adicionalmente ao te	ste de estresse, são
realizados acompanhamentos complement	tares, como análises d	e sensibilidade e fer-
ramentas de "tracking error" e "Benchmark	-VaR", utilizados para	isso cenários realísti-
cos e plausíveis ao perfil e caracteristica do	portfólio. Segue o qua	dro demonstrativo da
análise de sensibilidade da carteira de inst	rumentos financeiros,	em 31 de dezembro
de 2019 nos termos da Instrução CVM nº 4	75/08:	

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(6.393)
	+ 25 b.p.	(3.280)
Índices de preços	. + 10 b.p.	(1.333)
	- 10 b.p.	1.333
	- 25 b.p.	3.280
	- 50 b.p.	6.393
	+ 50 b.p.	(475)
	+ 25 b.p.	(396)
Juros pós-fixados		(317)
·	- 10 b.p.	317
	- 25 b.p.	396
	- 50 b.p.	475
	+ 50 b.p.	(226)
	+ 25 b.p.	(116)
Juros pré-fixados		(47)
•	- 10 b.p.	47
	- 25 b.p.	116
	- 50 h n	226

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela R3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-s que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentado: podem ser minimizados. **4.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO**: O risco de subscri que visto a capacidade de reação da Comp ção é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expe tativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento partinolio liquido, incluino fantas la premios de autorio de santavas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de autorióveis, danos, riscos financeiros e vida (além de DPVAT). O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco: (a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrado para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumida com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e pre cificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e no vos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diverso cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo a decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produ tos. (b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o paga mento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premis sas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são reali zados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam





CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11 Sede: Avenida Rio Branco, 80, 16° ao 20° andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

equivalentes de caixa.
7.4 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS: As principais taxas de juros médias contrata-

suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº
2.14.2). (c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com
valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos.
Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sen-
do contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco
aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa
de cessão de riscos. (d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e
procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de
produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos
e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que
incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de
cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para
as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação
dos passivos, incluem: • Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas
de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade
para cada agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e
recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou
agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as clausulas contratuais
vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
Utilização como indexador, para os passivos, do Indice de Preços ao Consumidor
Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros espe-
rada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilida-
de obtida pela área de investimentos no exercício vigente. • Premissas atuariais espe-
cíficas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco
segurável. Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de
subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitin-
do que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são
aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente
das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência
nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.14.2), conforme regras da SUSEP, os im-
pactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências. 4.4.1 AUTOMÓ-
VEIS: A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de
seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual
ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreado-
res e localizadores em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta a
and the second s

Localidade	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Região Sudeste	67,6%	69,0%
Região Sul	15,0%	15,7%
Região Nordeste	11,6%	10,5%
Região Centro-Oeste	4,4%	3,5%
Região Norte		1,3%
A tabela a seguir apresenta as sensibilidad	les da carteira às prei	missas atuariais, líqui-
das de efeitos tributários:		
Premissas atuariais	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
D		

aumento de 30,0 p.p	(386.796)	(503.824)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(443.770)	(385.299)
4.5 RISCO OPERACIONAL: O risco operacional	cional é definido como a p	ossibilidade de
ocorrência de perdas resultantes de falha,	deficiência ou inadequaçã	o de processos
internos, pessoas e sistemas, ou de eventos	externos incluindo o risco le	egal. A atividade
de monitoramento e gerenciamento de risco	operacional é executada e	de forma corpo-
rativa, utilizando para isso processo formal	para identificar os riscos e	as oportunida-
des, estimar o impacto potencial desses eve	ntos e fornecer métodos p	ara tratar esses
impactos, reduzir as ameaças até um nível a	aceitável. Isto inclui esforç	os para a cons-
trução de um banco de dados de perdas inter	nas de risco operacional c	om informações
abrangentes e detalhadas para a identificação	ão da real dimensão de sei	u impacto sobre
a Companhia, bem como para melhorar a c	onfiabilidade nos mecanis	mos de gestão,

ntrole e supervisão de solvência desse mercado controle e supervisao de sorvencia deses mercado. 5. GESTÃO DE CAPITAL: A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital e realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerencia-mento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e respon-sabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos nerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão de

nstradas na nota explicativa nº 19 (f). 6. EQUIVALENTES DE CAIXA: Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs), com vencinentos em até 3 meses

	7. APLICAÇOES: 7.1 ATIVOS F		R JUSTO POR MEIO DO
ı	RESULTADO - TÍTULOS PARA N		
ı		Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
ı	Fundos abertos	Nível 1 Nível 2 Total	Nível 1 Nível 2 Total

i dildos abellos				141461		- 10tai
Cotas de fundos de investimentos	181.700	_	181.700	195.298	_	195.298
	181.700	_	181.700	195.298	_	195.298
Fundos exclusivos						
LFTs	115.337	-	115.337	123.996	-	123.996
NTNs - B	100.444	_	100.444	185.777	_	185.777
NTNs - C	8.247	_	8.247	7.230	_	7.230
LTNs		_	2.484	_	_	_
Debêntures	_	2.330	2.330	_	3.623	3.623
Letras financeiras - privadas	_	1.206	1.206	_	1.089	1.089
			230.048			
Total - circulante	408.212	3.536	411.748	512.301	4.712	517.013
Percentual das aplicações						
classificadas nesta categoria:			28%			34%
(*) Os títulos para negociação sã					or cotas	de fundos
de investimentos abertos ou exc						
cujo valor de custo atualizado de						
	esses titu	ios razoa	aveimente	e se apro	xima de	seu vaioi
justo.						
7.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PAR	RA VEND	Α				

7.2 TITULOS DISPONIVEIS PARA VENDA							
		Dezembr	o de 2019	Dezembro de 2018			
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2 Total		
Carteira própria (i)							
NTNs - B	804.429	-	804.429	756.888	- 756.888		
LTNs	195.860	-	195.860	180.924	- 180.924		
NTNs - C	47.487	_	47.487	44.092	- 44.092		
Total	1.047.776	_	1.047.776	981.904	- 981.904		
Circulante			195.860				
Não circulante (ii)/(a)			851.916		981.904		

Percentual das aplicações

classificadas nesta categoria: 72% (i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2019 era de (R\$ 980.378 (R\$ 940.514 em dezembro de 2018), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido de R\$ 67.397 (R\$ 41.390 em dezembro de 2018), e um efeito de R\$ 26.007 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários. (ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos avaliados ao custo de aquisição. uma vez que não existem mercados ativos para essas ações no montante de R\$ 513 em dezembro de 2019 (R\$ 519 em dezembro de 2018). (a) Índice de liquidez corrente: Apesar desse saldo de aplicações financeiras estar classificado como "mantido até o vencimento", conforme vencimento final dos títulos, o índice de liquidez corrente da Companhia possui liquidez imediata. Essa liquidez imediata é devido as características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o indice de liquidez corrente da companhia:

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2016
Ativo circulante (*)	2.866.086	2.592.645
Passivo circulante	2.235.041	1.981.972
Índice de liquidez corrente	1,28	1,31
(*) Total de ativo circulante, somado ao fun-	do exclusivo para cob	ertura de reserva téc-
nica classificado como "Título disponível pa	ra venda no longo pra	zo" que a Companhia
entende haver liquidez imediata.		

7.3 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES	FINANCEIRAS (*)	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 201
Saldo inicial	1.521.076	1.471.79
Anlicações	1 310 822	1 631 83

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Saldo inicial	1.521.076	1.471.796
Aplicações	1.310.822	1.631.834
Resgates	(1.535.123)	(1.689.664)
Rendimentos	149.593	91.827
Ajuste a valor de mercado	26.007	15.283
Saldo final	1.472.375	1.521.076

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como

	Taxas de juros % (a.a			
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018		
Equivalentes de caixa (*)	4,38	6,37		
Fundos exclusivos				
NTNs C - IGP-M	. 5,53	5,53		
NTNs B - IPCA	. 4,13	4,83		
Carteira própria				
LTNs	. 11,35	11,34		
NTNs B - IPCA	. 4,51	5,33		
NTNs C - IGPM	. 5,45	5,45		
(*) Vide nota explicativa nº 6.				
8 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM S	EGUROS: 8.1 PRÊMI	IOS A RECEBER		

NTINS B - IPCA				4,51		5,5
NTNs C - IGPM				5,45		5,4
(*) Vide nota explicati	iva nº 6.					-,-
8. CRÉDITOS DAS C		S COM SE	GUROS:	8.1 PRÊMIO	SARECE	BER
		Dezembro			Dezembro	
		Redução	Prêmios		Redução	Prêmio
	Prêmios a	ao valor	a rece-	Prêmios a	ao valor	a rece
	receber de	recupe-	ber -	receber de	recupe-	ber
	segurados	rável	líquido	segurados	rável	líquid
Automóveis	680.607	(349)	680.258	515.202	(78)	515.12
Responsabilidade						
civil facultativa - RCF	194.609	(87)	194.522	132.064	(17)	132.04
Assistência e outras						
coberturas - auto	109.621	(2)	109.619	73.273	(1)	73.27
Demais ramos	. 3	-	3	5.906	-	5.90
Total circulante	984 840	(438)	984 402	726 445	(96)	726.34

10tal circulante 304.040 (430)	304.402	720.440	(30)	720.040
8.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENC	CIMENTOS			
	Dezembro	de 2019	Dezembro	de 2018
A vencer		963.845		697.224
Vencidos de 1 a 30 dias		19.751		27.860
Vencidos 31 a 60 dias		815		893
Vencidos 61 a 120 dias		313		340
Acima de 120 dias		116		128
		984.840		726.445
Redução ao valor recuperável		(438)		(96)
		984.402		726.349
8.1.2 MOVIMENTAÇÃO				
	Dezembro	de 2019	Dezembro	de 2018
Saldo inicial		726.349		684.617
Prêmios emitidos	3.	470.274	3.	199.482

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2013
Saldo inicial	726.349	684.61
Prêmios emitidos	3.470.274	3.199.48
. IOF	246.959	230.58
Adicional de fracionamento	66.618	73.34
Prêmios cancelados	(176.981)	(145.251
Recebimentos	(3.348.475)	(3.316.500
Provisão para riscos de créditos	(342)	6
Saldo final	984.402	726.34
8.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUP	ERÁVEL	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2013
Saldo inicial	96	164
Provisões constituídas	3.077	2.05
Reversões e baixas	(2.735)	(2.120
Saldo final	438	9
8.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAM	IENTO	

8.1.4 PRAZO	MÉDIO DE PARCELAMENT	0	
<u>Produto</u>	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
	1 a 4	61%	76%
Automóvel	5 a 10	39%	24%
9. TRIBUTOS	: 9.1 CRÉDITOS TRIBUTÁR	IOS E PREVIDENCIÁ	RIOS
		Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Circulante			
Imposto de re	nda	. 5	3
Outros		18	20
		23	23
Não circulant	te		
Imposto de re	nda e contribuição social		
diferidos - dif	ferenças temporárias (*)	25.965	25.566

18.434

44.399

(2.859)

C-14- --- id--- --- A---i-i

781

83.424

1.703 4.288

42.804

3.132

(*) Vide nota explicativa nº 9.2.1. 9.2 TRIBUTOS DIFERIDOS: 9.2.1 ATIVO				
	Dezembro	Consti-	Reversão/	Dezembro
Diferenças temporárias decorrentes de:	de 2018	tuição	Baixa	de 2019
Provisão de participação de lucros	8.235	4.941	(6.218)	6.958
Provisão para obrigações legais - PIS,				
COFINS e INSS	6.812	-	(347)	6.465
Provisão para riscos de créditos	4.751	745	(115)	5.381

PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR

Provisões não dedutíveis

13. IMOBILIZADO

Fiovisces nad dedutivels	1.703	4.200	(2.000)	0.102
Provisão fiscal - outras	2.259	410	(225)	2.444
Provisão para processos judiciais	1.806	_	(221)	1.585
	25.566	10.384	(9.985)	25.965
9.2.2 PASSIVO				
	Dezembro	Consti-		Dezembro
Natureza	de 2018	tuição	Reversão	de 2019
IR e CS sobre ajustes de				
instrumentos financeiros	16.555	29.858	(19.454)	26.959
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	6.322	1.183	(715)	6.790
Imposto de renda e contribuição social			, ,	
sobre reavaliação de imóveis	2.908	_	(253)	2.655
IR e CS diferidos sobre propriedade			(/	
para investimento	_	14.405	_	14.405
para irroduriorito	25 785	45 446	(20 422)	50.809

9.2.3 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO: A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectati-va de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é

	/alor
2020	.957
2021	.730
2022	.466
Após 2022 4	.246
Total - ativo44	.399
Valor presente (*)	.668
(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último d	ia do

exercício, líquida dos efeitos tributários. Neste estudo é considerado a alíquota de Constituição imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativ de imposto diferido.

9.3 RECONCILIAÇÃO					DE	RENDA	Е	D
CONTRIBUIÇÃO S	OCIAL	. SOBRE O L	UCR	0				
			Deze	mbro de 201	19 D	ezembro	de 2	018

3-	Lucro antes do imposto de renda (IRPJ)		
	e da contribuição social (CSLL)	324.486	408.975
Į	(-) Participações nos resultados	(24.402)	(26.462)
	Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após		
•	participações nos resultados (A)	300.084	382.514
	Alíquota vigente (*)	40%	45%
5	Imposto de renda e contribuição social		
3	(à taxa nominal) (B)	(120.034)	(172.131)
	Juros sobre o capital próprio	15.136	17.883
ļ	Incentivos fiscais	2.081	2.781
5	Redução de alíquota CSLL	-	1.946
,	Outros	(3.027)	(10.355)
	Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL		
	sobre as diferenças permanentes (C)	14.190	12.255
В	Total de imposto de renda e		
s	contribuição social (D = A + B + C)	(105.844)	(159.876)
-	Taxa efetiva (D/A)	35,3%	41,8%

(*) A alíquota utilizada nesta reconciliação da despesa de imposto de renda e contribui ção social sobre o lucro refere-se à taxa nominal da Companhia. De acordo com a Lei nº 13.169/15 a alíquota de 45% vigorou até 31 de dezembro de 2018 e, após esta data, foi reduzida para 40% (redução do adicional da contribuição social em 5%). 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
COFINS (*)	19.930	19.229
Processos judiciais com		
adesão ao REFIS (*)	14.569	14.225
Programa de Integração Social (PIS) (*)		9.673
INSS - autônomos (*)	8.209	7.866
Imposto sobre circulação de mercadoria		
e serviços	6.115	5.909
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)		5.896
Contribuição Social sobre		
o Lucro Líquido (CSLL)	1.025	985
Outros depósitos cíveis,		
fiscais e trabalhistas	8.515	12.238
	74.451	76.021
(*) Vide nota explicativa nº 18(a).		
11. OUTROS VALORES E BENS		
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Bens à venda - salvados (i)	42.426	46.411
Direito a salvados - estimado (ii)	14.802	_
Almoxarifado	804	509
	58.032	46.920

Circulante	39.249	37.603
lão circulante	18.783	9.317
i) Vide nota explicativa nº 11.1.		
ii) Vide nota explicativa nº 11.2.		
1.1 BENS À VENDA - SALVADOS (*): Os salva	dos da Companhia são	o originados dos
amos de automóveis e possuem os seguintes p	razos de permanência	em estoque:
Deze	mbro de 2019 Deze	mbro de 2018

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Permanência até 30 dias	9.232	9.935
Permanência de 31 a 60 dias	17.594	17.988
Permanência de 61 a 120 dias	. 8.392	9.503
Permanência de 121 a 365 dias	9.014	8.539
Permanência acima de 365 dias	9.003	8.661
Permanência de 121 a 365 dias Permanência acima de 365 dias Redução ao valor recuperável (*) Circulante	53.235	54.626
	(10.809)	(8.215)
	42.426	46.411
Circulante	. 33.245	37.094
Não circulante	9.181	9.317
(*) Decorrentes, principalmente, de indeniz	ações integrais em sir	nistros de automóveis.

registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recu 11.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS (*): A tabela a seguir apresenta a estima tiva de realização e as realizações efetivas dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembio de 2015	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	2.354	90,1%
2° mês	1.739	2,5%
3º mês	1.362	1,4%
4° mês	1.145	0,9%
5° mês	997	0,5%
6º mês	859	0,5%
7° mês	760	0,4%
8º mês	688	0,3%
9° mês	611	0,3%
10° mês	529	0,3%
11° mês	487	0,2%
12° mês	440	0,2%
13° ao 18° mês		0,9%
19° ao 24° mês		0,5%
25° ao 30° mês	300	0,3%
31° ao 36° mês	21	0,3%
Após o 36º mês		0,5%
	14.802	100,0%
Circulante		
Não circulante	9.602	

(*) Não serão apresentados valores comparativos uma vez que a Companhia adotou de forma prospectiva e o inicio de vigência da circular 575/18 ocorreu em 1/1/2019.

12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

1		Dezembro de 20	19 D	ezembro de 2018
	Automóvel	300.1	71	259.476
	Outros		_	122
		300.1	71	259.598
	O prazo médio de diferimento dos custos d	e aquisição diferid	os é d	e 12 meses, sendo

mesmo prazo de 31 de dezembro de 2018. 12.1 MOVIMENTAÇÃO Dezembro de 2019 Dezembro de 2018

583.979

524.252

	Apropriação para d Saldo final					(499.030) 259.598	
	M	ovimentações		Dezembro	de 2019		l
	Despesas			Depreciação		Taxas anuais de	l
Baixas	s de depreciação	transferência	_Custo	acumulada	Líquido	depreciação (%)	l
(4.058)) –	-	125.982	-	125.982		l
-	(2.857)	(554)	141.674	(18.341)	123.333	2,0	l
	(0.053)	400.41		110 0 111			1

	Saldo residual em	residual em Aquisi-		Despesas	as Outros/		Depreciação	Valor	Taxas anuais de
	Dezembro de 2018	ções	Baixas	de depreciação	transferência	_Custo	acumulada	Líquido	depreciação (%)
Terrenos	130.040	-	(4.058)	-	-	125.982	-	125.982	
Edificações (*)	126.723	22		(2.857)	(554)	141.674	(18.341)	123.333	2,0
Imóveis de uso		22	(4.058)	(2.857)	(554)	267.656	(18.341)	249.315	
Informática	2.510	2.122	-	(1.545)	_	12.929	(9.842)	3.087	25,0
Móveis máq. e utensílios	1.474	21	(95)	(373)	-	3.695	(2.668)	1.027	10,0
Outras imobilizações	246	185	(4)	(95)		2.268	(1.935)	333	
Bens móveis de uso	4.230	2.328	(99)	(2.013)	_	18.892	(14.445)	4.447	
Obras em andamento	3.201	_	_	_	_	3.201	_	3.201	
Outras imobilizações	35			(12)		1.539	(1.516)	23	
Outras imobilizações	3.236	_	_	(12)	_	4.740	(1.516)	3.224	
	264.229	2.350	(4.157)	(4.882)	(554)	291.288	(34.302)	256.986	
(*) Dans auto itam fai utilizada tava mádia nandanada									

594

56.413

Impostos sobre serviços retidos.
Outros.....

14. CONTAS A PAGAR: 14.1 OBRIGAÇO	ES A PAGAR	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Transações com partes relacionadas (*)	28.147	23.649
Participação nos lucros a pagar	. 26.970	28.341
Dividendos a pagar	. 1.871	1.689
Provisão de beneficios a empregados	1.486	2.311
Outras obrigações		1.353
3-,	75.972	57.343
Circulante	. 74.101	55.032
Não circulante	1.871	2.311
(*) Vide nota explicativa nº 28.		
14.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS	A RECOLHER	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
IOF	. 66.720	49.848
Imposto de renda retido na fonte	. 1.891	662
INSS e FGTS	810	1.694

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS: Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos. 16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Cobrança antecipada de prêmios	546	13	559
Prêmios e emolumentos recebidos	1.478	-	1.478
Total 31 de dezembro de 2019	2.024	13	2.037
Total 31 de dezembro de 2018	5.387	18	5.405
		cont	inua 🕸





CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11 Sede: Avenida Rio Branco, 80, 16° ao 20° andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

17. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS (
	Dezemi	oro de 2019	Dezemi	oro de 2018		
	Bruto de	Líquido de	Bruto de	Líquido de		
	resseguro	resseguro	resseguro	resseguro		
Provisão de prêmios não ganhos	1.712.203	1.712.203	1.521.422	1.521.422		
Sinistros e benefícios a liquidar	322.199	318.658	297.984	294.633		
Provisão de sinistros ocorridos						
mas não avisados - DPVAT	161.569	161.569	173.221	173.221		
Provisão de sinistros ocorridos						
mas não avisados	29.506	29.506	25.409	25.409		
Demais provisões	11.028	11.028	8.972	8.972		
Total	2.236.505	2.232.964	2.027.008	2.023.657		
Circulante	1.980.229		1.745.400			
Não circulante	256.276		281.608			
Como conclusão do TAP realizado na	s datas-has	es de 31 de	dezembro (de 2019 e 31		

de dezembro de 2018, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos

da Companhia (vide nota explicativa nº 2.14.2).

17.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE

RESSEGURO		
	Passivos de	Ativos de
	Contratos	Contratos de
	de Seguros	Resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.851.143	3.732
Constituições decorrentes de prêmios	3.078.140	-
Diferimento pelo risco decorrido	(2.923.879)	_
Aviso de sinistros	1.910.551	(743)
Pagamento de sinistros/beneficios	(1.880.068)	(123)
Atualização monetária e juros	21.728	485
Outras (constituição/reversão)	(30.607)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.027.008	3.351
Constituições decorrentes de prêmios	3.288.403	
Diferimento pelo risco decorrido	(3.099.477)	-
Aviso de sinistros	2.217.492	(118)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.184.548)	(139)
Atualização monetária e juros	23.860	447
Outras (constituição/reversão)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.236.505	3.541
17.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS: De a	cordo com as r	normas vigentes,

foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos Dezembro de 2019 2.236.505 Dezembro de 2018 2.027.008 Total das provisões técnicas (A). Direitos creditórios (i) 840.004 606.315 Custos de aquisição diferidos pagos. Operações com resseguradoras...... 158.354 172.198 3.541 3.351 Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B) 1.001.899 781.864 Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B) 1.245.144 ecessidade de ativos líquidos (ii) (D).... **136.377** 1.047.775 Γítulos de renda fixa - públicos.. Quotas de fundos de investimento 423.062 480.142 Total de ativos oferecidos em garantia (E).. 1.462.046 Excedente (F - C - D)

da Companhia em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos 17.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS: A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia

Dezen				mbro					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Montante estimado de									
sinistro no ano									
do aviso	159	178	194	220	236	265	299	302	334
Um ano mais tarde	165	183	179	215	230	265	256	290	-
Dois anos mais tarde	173	186	190	228	252	251	282	-	_
Três anos mais tarde	174	196	194	255	238	272	-	_	-
Quatro anos mais tarde	185	197	224	240	256	_	_	_	_
Cinco anos mais tarde	183	224	212	257	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	205	214	228	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	197	230	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	212		_	_	_		_		_
Estimativa corrente	212	230	228	257	256	272	282	290	334
Pagamentos acumu-									
lados até a data-base	(194)	(207)	(201)	(223)	(215)	(224)	(225)	(225)	_
Total	(28)	4	4	8	7	8	8	8	268
DPVAT e retrocessão									
PSL e IBNR reconhecidas no balanço513									
47 4 PROVIGÃO DE CINICERDOS A LICUIDAD. HUDICIAL A A Labella de consideración									

17.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL: A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judic

Dezembro de 2019 Dezembro de 2018 Bruto de Líquido de Bruto de Líquido resseguro 67.084 resseguro 63.747 resseguro resseguro 88.068 84.335 Saldo inicial Total pago no exercício..... Novas constituições no exercício. (30.827) (33.191)(33.066)(30.951)3.321 2.418 (12.933)(12.933)(10.296)(10.296)

28.671 28.356 6.384 7.172 de estimativas ou probabilidades. Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i) e (ii) Saldo final (ii) 58.367 67.084 63.747 (i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de

18. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no

stica de São Paulo. (ii) Não incluem saldos de DPVAT.

Traba **Fiscais** Ihistas (c) 1.755 **Cíveis (d) 2.413** 3.120 (a) 57.902 Saldo em 31 de dezembro de 2018 62.070 Enc. êxito/reversões (2.175)(970)(450)(3.595)(359 (2.516)(2.875)Atualização monetária Saldo em 31 de dezembro de 2019 57.987 1.126 2.985 62.098 *) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v))

(a) Provisão para processos fiscais: As ações judiciais de natureza fiscal (tributária) quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais acões judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a

composição destes processos por matureza	1.	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
COFINS (i)	19.930	19.229
REFIS (v)		10.890
PIS (ii)	10.260	9.948
INSS - autônomos (iii)	8.209	7.866
Contribuição social - dedutibilidade		
base imposto (iv)	1.096	1.064
Outras	7.337	8.905
	57 987	57 902

(i) COFINS: Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previ dência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à aliquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% de pois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa ributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 400.479 interposto pela Companhia. (ii) PIS: A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais (EC) nºs 01/94, 10/96 e 17/97 e da Lei nº 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Todas essas ações que discutem essa causa aquardam julgamento dos recursos. Existe ainda mandado de segurança esparaixes aguardam juigamento dos fecursos. Estate ainta mandado de segurante que se discute a tese de PIS que em caso de julgamento favorável para a Companhic converterá esse montante em créditos a recuperar contra a Receita Federal do Brasil.

(iii) Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) autônomos: Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade. (iv) CSLL: A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário (v) REFIS: A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos. (b) Contingências fiscais e previdenciárias: A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 129.923 (R\$ 95.180 de possível impacto no lucro líquido). As principais referem-se à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 40.571 (RS 30,096 de possível impacto no lucro líquido); (ii) discussão junto a Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 80.629 (R\$ 59.711 de possível impacto no lucro líquido). (c) Provisão para processos e contingências trabalhistas: A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 48 (R\$ 64 em dezembro de 2018) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haia efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. (d) Provisão para processos e contingências cíveis: A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbéncia. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável e o prazo médio para o desfecho dessas ações na Companhia é de 30 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de RS 18.521 (R\$ 35.373 em dezembro de 2018), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo advogados da Companina, as perdas são consideradas possíveis, não navendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital

social subscrito e integralizado era de R\$ 480.578, dividido em 1.374 (mil trezentos e setenta e quatro unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. (b) Ajustes de avaliação patrimonial: Os ajustes de avaliação patrimonial da riai. (b) Ajustes de availação padimindia. Os ajustes de availação de availação de companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.2). (c) Reservas de reavaliação: Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no mon candidades de la composição de 2019 (R\$ 399 em 31 de dezembro de 2018) Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Admi nistração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07. (d) Reservas de lucros: (i) Reserva legal: A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2019, seu saldo era de R\$ 69.088 (R\$ 59.375 em 31 de dezembro de 2018). (ii) Reservas estatutárias: Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuizos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva sufficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, seu saldo era de R\$ 130.169 (R\$ 93.668 em 31 de dezembro de 2018). (e) Dividendos e juros sobre o capital próprio: De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 25 de junho de 2019 e 29 de outubro de 2019, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 32.163 (R\$ 33.779 em dezembro de 2018), líquidos de imposto de renda. Adicionalmente, no mês de agosto de 2019, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 110.000, sendo R\$ 15.000 à débito da conta de reservas de lucros e R\$ 95.000 à conta de dividendos antecipados do exercício. Os

dividendos mínimos foram calculados com	o seguem:	
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Lucro líquido do exercício	. 194.240	222.637
(-) Reserva legal - 5%	. (9.713)	(11.132)
Realização da reserva de reavaliação	(187)	399
Lucro básico para determinação		
do dividendo	184.340	211.904
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).	. 46.085	52.976
JCP distribuído - líquido (*)	. 32.163	33.779
Dividendos intermediários	. 95.000	78.496
Total de dividendos e JCP	. 127.163	112.275
Total por ação (R\$)	. 92,54949	81,71397
(*) Composto em dezembro de 2019 por IC	P líquido já creditado	contabilmente e impu

tado aos dividendos mínimos provisionados, no montante de R\$ 51.761 destac DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios de R referentes ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP (f) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR):

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Patrimônio líquido	. 723.618	660.564
Participação em sociedades	. (277)	(307)
Despesas antecipadas	. (2.383)	(3.122)
Ativos intangíveis	. (19.918)	(15.644)
Superávit TAP		11.200
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	. 715.382	652.691
Capital base (I)	. 15.000	15.000
Capital de risco de subscrição	. 640.597	530.188
Capital de risco de crédito	. 12.225	14.765
Capital de risco de mercado (ii)	. 49.854	52.594
Capital de risco operacional	. 20.745	19.595
Efeito da correlação entre		
os capitais de risco	(41.538)	(44.155)
Total de capital de risco (II)	. 681.883	572.987
Capital mínimo requerido		
(maior entre I e II)	681.883	572.987
Suficiência de capital	. 33.499	79.704

(g) Remunerações em ações (I): A Companhia possui um plano de pagamento de uneração em ações de sua Controladora Porto Seguro S.A elegíveis aos diretores estatutários da Companhia como parte de sua remuneração variável anual. O objetivo do plano é promover o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos administra dores e dos acionistas, da Companhia; o comprometimento, por parte dos administra-dores, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Companhia; e a criação de valor para os acionistas. Diante desse plano, a remuneração variável anual devida aos diretores passará a ser paga, em parte, em ações, nos termos do plano e do contrato de outorga, conforme o cronograma de implementação a seguir: i) Exercício social base de 2018 (remuneração variável aprovada em 2019); 7.50% (sete e meio por cento) da de zo la (eliminação variável aprovada em 2012); 7,50% (seze e fileio poi cento) de remuneração variável dos diretores será paga em Ações; ii) Exercício social base de 2019 (remuneração variável aprovada em 2020): 15,00% (quinze por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações: iii) Exercício social base de 2020 remuneração variável aprovada em 2021): 22,50% (vinte e dois e meio por cento) de remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e iv) Exercicio social base de remuneração variável dos diretores será paga em Ações; e iv) Exercicio social base de 2021 (remuneração variável aprovada em 2022) e exercícios sociais subsequentes: 30,00% (trinta por cento) da remuneração variável dos diretores será paga em Ações. O plano não altera os parâmetros atuais de cálculo e pagamento de remuneração

variável aos direitos, mas tão somente modifica a forma de pagamento, que, em parte deixa de ser em dinheiro e de forma imediata, e passa a ser em ações de emissão da Controladora Porto Seguro S.A., as quais apenas serão transferidas/outorgadas ao diretores após o período de "vesting" (3 anos) posteriores ao exercício base para a determinação da remuneração variável, ou do desligamento do diretor, desde que cum prida todas as condições previstas no plano e no respectivo contrato de outorga A liquidação desse plano é feita mediante entrega de ações PSSA mantidas em tesouraria. As despesas com o plano de remuneração em ações são demonstradas no qua

	Dezembro de 2019
Direito em remuneração em ações (i)	
Exercício social base 2018 (aprovado em 2019)	1.848
Reconhecimento em patrimônio líquido no período (ii)	
Diferimento de vesting do período	616
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	
	616

(i) Não são apresentados valores comparativos uma vez que a implementação d remuneração em ações iniciou em 2019, com base no resultado do exercício de 2018 (ii) O diretor não terá direito a receber imediatamente as referidas ações, mas sim apenas após transcorrido o período de "vesting" (3 anos), nos termos do Plano Adicionalmente, a movimentação das quantidades de ações do plano estã demonstradas no quadro abaixo:

	Dezembro de 2019
Direito em remuneração em ações	
Exercício social base 2018 (aprovado em 2019)	35.444
Saldo em 31 de dezembro de 2018	
Diferimento de vesting do período	11.815
Ações canceladas, outorgadas ou perda de direito	_
Saldo em 31 de dezembro de 2019	11.815
20. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO	

			maice de	maice de
	Prêmios	Prêmios	sinistra-	comissio-
	emitidos	ganhos	lidade (%)	namento (%)
Automóveis	2.277.222	2.170.302	55,8	22,5
Responsabilidade civil facultativa	640.764	582.459	74,8	17,6
Assistência e outras coberturas auto	347.740	321.893	73,9	18,3
DPVAT	22.678	21.316	76,9	0,0
Demais ramos	(2)	291	699,4	41,5
	3.288.403	3.096.260	61,5	21,0
			Deze	mbro de 2018
			Índice de	Índice de
	Prêmios	Prêmios	sinistra-	comissio-
	emitidos	ganhos	lidade (%)	namento (%)
Automóveis	2.160.663	2.029.943	52,9	21,9
Responsabilidade civil facultativa	564.817	567.937	60,6	17,3
Assistência e outras coberturas auto	301.588	275.389	76,2	18,1
DPVAT	50.286	50.099	81.3	1.2

Demais ramos	786	1.310	37,6	40,3
	3.078.140	2.924.678	57,1	20,3
21. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES	TÉCNICAS	DE PRÊMIO	s	
	Dezer	nbro de 2019	Dezembre	o de 2018
	Bruto d	e Líquido de	Bruto de L	íquido de

	bruto de	Liquido de	Di uto de	Liquido de
	resseguro	resseguro	resseguro	resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(189.866)	(189.866)	(149.601)	(149.601)
Provisão de riscos não expirados	(914)	(914)	(3.674)	(3.674)
Outras provisões	(1.363)	(1.363)	(187)	(187)
	(192.143)	(192.143)	(153.462)	(153.462)

ZZ. SINISTROS OCORRIDOS		
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Sinistros avisados - administrativos	. (2.028.341)	(1.755.725)
Porto Socorro	. (167.501)	(139.230)
Sinistros avisados - judiciais	. (27.641)	(5.747)
Provisão de sinistros ocorridos		
mas não avisados	. 20.439	205
Ressarcimentos	. 25.231	20.493
Salvados	. 356.050	284.928
Outras despesas com sinistros (*)	(81.977)	(74.493)
	(1.903.740)	(1.669.569)

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de

	23. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)		
		Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
	Comissões sobre prêmios retidos	(584.163)	(525.664)
,	Outras despesas de comercialização	(105.519)	(93.079)
,	Variação das despesas de		
	comercialização diferidas	40.573	25.222

(649.109) (593.521)(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) as despesas de comercialização não diferidas

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Receitas com operações de seguros	6.226	10.595
Receitas - DPVAT	2.252	3.962
Total de outras receitas	8.478	14.557
Despesas com serviços de assistência	(42.016)	(36.028)
Despesas com sistema de riscos	(34.918)	(46.060)
Despesas com cobrança	(25.288)	(21.042)
Despesas com encargos sociais	(6.471)	(6.476)
Convênio DPVAT	. (4.381)	(7.024)
Outras	(11.583)	(4.650)
Total de outras despesas		(121.280)
Outras receitas e despesas operacionais		(106.723)
25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Despesas recuperadas (*)	. (166.350)	(152.529)
Pessoal e beneficios pós-emprego	(55.583)	(47.712)
Serviços de terceiros	. (28.558)	(26.497)
Localização e funcionamento	. (26.274)	(24.851)
Outras	. (11.335)	(14.672)

(288.100) (266.261) (*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pela empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 28).

26. DESPESAS COM TRIBUTOS		
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
COFINS	. (52.102)	(56.064)
PIS	. (9.201)	(9.110)
Outras	(4.011)	(4.077)
	(65.314)	(69.251)
27. RESULTADO FINANCEIRO		
	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Juros de títulos disponíveis para a venda	. 109.146	78.762
Adicional de fracionamento de prêmios	. 66.618	73.349
Ganhos na valorização e juros		
de títulos para negociação	. 40.447	49.602
Variações monetárias dos		
depósitos judiciais	. 1.670	3.048
Outras	8.372	2.168
Total de receitas financeiras	. 226.253	206.929
Operações de seguros	. (23.860)	(21.728)
Variações monetárias de encargos		
sobre tributos a longo prazo		427
Outras		(1.648)
Total de despesas financeiras	. (26,508)	(22,949)

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: As operações realizada partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis à praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoa para Porto Cia., (ii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento; (iii) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas

199.745

183,980

Resultado financeiro

Passivo	Dezembro de 2019	Dezembro de 2018
Porto Cia	28.147	23.649
	28.147	23.649

Participação 100,0%

Participação 100,0%

Participação Participação 39.2%

Participação 50,0% 50,0% Participação

11,7% 8.3% 39,3% Participação 25,0% 25,0% 25.0% Participação



Demonstração do resultado

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF n° 33.448.150/0001-11 Sede: Avenida Rio Branco, 80, 16° ao 20° andar - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Despesas Dezembro

Porto Cia	_	2.464	(311.943)	(264.844)	Porto Seguro Cia, de Seguros Gerais
Porto Atendimento	_	-	(11.390)	(10.712)	Porto Seguro Cia. de Seguros Gera
Portoseg	_	-	(3.608)	_	Porto Seguro S.A
Outros			(2.251)	(26)	Porto Seguro S.A.
		2.464	(329.192)	(275.582)	Porto Seguro Itaú Unibanco Participa
28.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL					Ações em circulação
administração, referem-se aos valores	reconhecid	los no resu	tado do perío	do, conforme	Porto Seguro Itaú Unibanco Partici
demonstrado a seguir:					Pares Empreendimentos e Participaço
		nbro de 20		bro de 2018	Itauseg Participações S.A.
Participação nos lucros - administrador		18.4		22.224	Itaú Unibanco S.A
Honorários de diretoria e encargos			750	788	Rosag Empreendimentos e Participaç
		19.		23.012	Jayme Brasil Garfinkel
Taxa média de desconto das obrigaçõe				5,0% - 5,1%	
Taxa de crescimento salarial (ao ano)				1,0%	Outros
Inflação econômica (ao ano)				4,0%	Pares Empreendimentos e Participa
Inflação médica (ao ano)				4,0%	Jayme Brasil Garfinkel
Taxa de variação dos saldos de FGTS	(ao ano) -	nominal		4,5%	Cleusa Campos Garfinkel
29. OUTRAS INFORMAÇÕES: (a) Ev	entos sub	sequentes	s - aumento	de capital: A	Ana Luiza Campos Garfinkel
AGE realizada em 12 de fevereiro de	e 2020 del	iberou aun	nento de cap	ital social no	Bruno Campos Garfinkel
montante de R\$ 23.000, mediante apoi	rte de capit	al em dinh	eiro. Esse aui	mento aguar-	Rosag Empreendimentos e Particip
da aprovação pela SUSEP. (b) Comitê	de audito	ria: O Rela	tório do Com	itê de Audito-	Jayme Brasil Garfinkel
ria foi publicado em conjunto com as de	emonstraçõ	es finance	iras de 31 de	dezembro de	Itauseg Participações S.A.

Dezembro

de 2019

de 2018

de 2019

,		
(c) Composição acionária (*)		Itaú Unibanco S.A.
Azul Companhia de Seguros Gerais	Participação	Itaú Unibanco Holding S.A.
Porto Seguro S.A	. 67,8%	Banco Itaucard S.A.
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	. 32,2%	Itaú Unibanco Holding S.A
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação	Banco Itaú BBA S.A.
Porto Seguro S.A	. 100,0%	Itaú Unibanco Holding S.A
Porto Seguro S.A.	Participação	Itaú Unibanco Holding S.A.
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A	. 70,8%	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A
Ações em circulação		Itaúsa - Investimentos Itaú S.A Outros
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A
Pares Empreendimentos e Participações S.A	. 41,1%	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.
Itauseg Participações S.A.	. 23,1%	Cia. e Johnston de Participações
Itaú Unibanco S.A	. 19,1%	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A
Rosag Empreendimentos e Participações S.A	. 15,8%	Alfredo Egydio Arruda Villela Filho
Jayme Brasil Garfinkel	. 0,2%	Ana Lucia de Mattos Barretto Villela
Outros	. 0,8%	Fundação Itaú Social
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação	Rudric ITH S.A
Jayme Brasil Garfinkel	. 32,9%	Fundação Fahz
Cleusa Campos Garfinkel	. 30,5%	Outros
Ana Luiza Campos Garfinkel	. 18,3%	Cia. e Johnston de Participações Pedro Moreira Salles
Bruno Campos Garfinkel	. 18,3%	Fernando Roberto Moreira Salles
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação	João Moreira Salles
Jayme Brasil Garfinkel	. 100,0%	Walther Moreira Salles
Itauseg Participações S.A.	Participação	Rudric ITH S.A.
Itaú Unibanco S.A	. 27,0%	Ricardo Villela Marino
Banco Itaucard S.A	. 61,5%	Rodolfo Villela Marino
Banco Itaú BBA S.A	. 11,5%	(*) Participações nas ações ordinárias.
DIRETORIA		

ROBERTO DE SOUZA SANTOS

Aos Administradores e Acionistas

Base para opinião

Azul Companhia de Seguros Gerais

MARCELO BARROSO PICANCO

CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro LENE ARAÚJO DE LIMA

TIAGO VIOLIN

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Comercial e Marketing

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presid Negócios Financeiros e Serviços

FABIO OHARA MORITA **GILMAR PIRES RODRIGUES**

pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES

RAFAEL VENEZIANI KOZMA

e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações

do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão

descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria da demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de

acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do

Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da

Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

2019 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

VALTAIR CASTRO TAVARES - Contador - CRC RJ 065046/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante

no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. opinido Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas

demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo

profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outro aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles interno

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstraçõe

financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeira representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível cor

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o

proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles interno

orluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com

objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade da:

estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida

significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso

relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeira

ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossa conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se m



nosso relatório.

em continuidade operacional.

o objetivo de apresentação adequada.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta Contador-CRC 1SP216397/O-5

Aos Administradores e Acionistas

Azul Companhia de Seguros Gerais

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com readires da necessidade de cobertura das provisoes technicas, dos credicios com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos dimites de retenção da **Azul Companhia de Seguros Gerais** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2019 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados") elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

de acordo com os principios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA **Outros Assuntos** e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios No contexto de no atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por a avaliação dos inscos de distorção fetevante independentemente se cadasada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financiarse os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Azul Companhia** de **Seguros Gerais** em 31 de dezembro de 2019, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida SUSEP.

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em basde testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados en nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatisticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes



Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Rua do Russel, 804 - Edifício Manchete - Glória Rio de Janeiro - RJ - Brasil 22210-907 CNPJ 02.646.397/0004-61 CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira MIBA 729

ld: 2239645

10 ANOS DE VIDA

A OPERAÇÃO LEI SECA SEMPRE FOI EXEMPLO NO RIO DE JANEIRO. **AGORA O GOVERNO ESTÁ** TRABALHANDO PARA DAR BONS **EXEMPLOS EM OUTRAS ÁREAS.**



